



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social

Sub-Eixo: Educação

NÃO É UMA CRISE, É UM PROJETO: A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO GOVERNO BOLSONARO

Juliana Fiuza Cislighi¹

Julia Barros Cruz²

Maria Carolina Correa dos Santos³

Thaís Souza de Mendonça⁴

Fernando Gonçalves Ferreira⁵

Resumo: Nesse artigo analisamos a política de educação do governo Bolsonaro desde seu programa eleitoral. Nossa hipótese é de que por um lado há um estrangulamento de verbas decorrente de uma política ultraneoliberal de forma mais contundente que em governos anteriores. Ao mesmo tempo, uma política de privatização e ataque à educação como política social e ao conhecimento crítico.

Palavras-Chave: Educação, Financiamento, Privatização

Abstract: In this article we analyze the education policy of the Bolsonaro government since its electoral program. Our hypothesis is that on the one hand there is a bottleneck resulting from ultraneoliberal politics in a more forceful way than in previous governments. At the same time, a policy of privatization and attack on education as social policy and to critical knowledge.

Keywords: Education, Financing, Privatization

1. Introdução

Após o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016 seu vice, Michel Temer, assumiu o governo para finalizar o mandato. A perda de apoio do Partido dos Trabalhadores (PT) frente as denúncias de corrupção apresentadas pela “Operação Lava Jato” e os primeiros sinais de agudização da crise econômica, com a estagnação do crescimento e o aumento do endividamento dos trabalhadores e do desemprego levou a um processo de crescimento de setores políticos da direita.

Em 2018 vence as eleições Jair Messias Bolsonaro, ex-militar, aberto apoiador da ditadura civil-militar de 1964, com um discurso economicamente ultraneoliberal e

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, E-mail: fiuzajuliana@yahoo.com.br.

² Estudante de Graduação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, E-mail: fiuzajuliana@yahoo.com.br.

³ Estudante de Graduação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, E-mail: fiuzajuliana@yahoo.com.br.

⁴ Estudante de Graduação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, E-mail: fiuzajuliana@yahoo.com.br.

⁵ Estudante de Pós-Graduação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, E-mail: fiuzajuliana@yahoo.com.br.

politicamente opositor de direitos de minorias, liberdades democráticas e da organização dos trabalhadores.

Nesse artigo apresentamos os primeiros dados do acompanhamento da política de educação do governo desde seu programa eleitoral. Nossa hipótese é de que, por um lado, há um estrangulamento de verbas decorrente de uma política ultraneoliberal que reduz os recursos para as políticas sociais de forma ainda mais contundente que em governos anteriores, inclusive como resposta à Emenda Constitucional (EC) 95/16 que institui um teto nos gastos primários do governo para garantir a transferência de fundo público para juros e amortizações da dívida pública. Ao mesmo tempo, uma série de medidas provisórias, portarias e projetos de lei estão em cursos e, apesar de poderem aparentar um bombardeio desconectado de ações, eles juntos compõem uma política de privatização e ataque à educação como política social e ao conhecimento crítico como disputa ideológica para a formação de um consenso social em torno de seu projeto.

Para tanto, utilizamos inicialmente como fontes os dados do governo publicados pelo seus Ministérios e dados publicados na imprensa, tanto de veículos alinhados ao governo como da mídia de oposição. Passamos, assim, a apresentar nossas primeiras conclusões.

2. As propostas em discussão: privatização e corte de verbas

O programa de governo de Bolsonaro, no que tange a política de educação, apontava a necessidade de “dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar”. Segundo o documento “um dos maiores males atuais é a forte doutrinação”, o que demonstra a centralidade dada à educação na disputa ideológica pelo projeto de Bolsonaro, alinhado ao movimento “Escola sem partido” e suas iniciativas legais e legislativas. Os recursos aplicados na área seriam, na proposta do então candidato, suficientes, porém, mal geridos. Destacamos ainda a defesa do ensino à distância, da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que deveria “expurgar” o método de Paulo Freire, e do empreendedorismo como objetivo central do ensino superior “para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa” (Programa de Governo, 2018, p.45).

Quadro 1 – Metas para a educação nos 100 primeiros dias de governo:

Metas para os primeiros 100 dias	
Na quarta-feira (23), o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni apresentou 35 metas prioritárias para os primeiros 100 dias de governo. Quatro projetos envolvem a área educacional.	
Alfabetização Acima de Tudo	Lançamento de um programa nacional de definição de soluções didáticas e pedagógicas para alfabetização, com a proposição de método para redução do analfabetismo a partir de evidências científicas.
Programa Ciência na Escola	Promover interação entre universidades e a rede de escolas públicas para o ensino de ciências.
Educação domiciliar	Regulamentar o direito à educação domiciliar, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio de medida provisória. Segundo o governo, 31 mil famílias utilizam esse modo de aprendizagem.
Programa Um por Todos e Todos por Um! Pela Ética e Cidadania	Elaborar e disseminar agenda de promoção da ética e da cidadania a ser adotada por escolas no âmbito da sala de aula.

Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/01/28/governo-promete-mudancas-profundas-na-educacao>

Para os primeiros cem dias, o governo Bolsonaro trouxe propostas de mudanças para todos os níveis da educação brasileira. Essas metas, no entanto, não coincidem com o parco programa apresentado no processo eleitoral.

Na educação básica destaca-se o projeto de lei 3261/2015 de autoria do deputado Eduardo Bolsonaro sobre a educação domiciliar. Com a argumentação de que muitas pessoas preferem educar seus filhos em casa, o projeto propõe alterar as leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A justificativa do governo é a necessidade de instituir um novo modelo de educação em que os pais possam ter maior autonomia e controle na administração dos conteúdos que chegam até seus filhos, podendo assim exercer o papel de educadores privados por meio da alteração das atuais bases jurídicas brasileiras que definem que a educação deve ser ministrada por instituições de ensino. Com a educação domiciliar, ou “homeschooling”, segundo Pedro Holanda, secretário adjunto da Secretaria Nacional da Família, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o Brasil participará de um grande fenômeno mundial, de “sucesso absoluto nos EUA” (Ministério da Educação, 2019).

Em relação ao ensino médio, o Ministério da Educação (MEC)⁶ publicou em abril a Portaria 1432 que possibilita a flexibilização dos currículos conforme áreas de conhecimento específicas, o que chamam de itinerários formativos, com a justificativa de adequar os conteúdos para favorecer o ingresso dos estudantes no mercado de trabalho, limitando a formação a um conteúdo técnico restrito.

Já no ensino superior, o governo autorizou cortes de até 70% de novas bolsas para cursos de pós-graduação, em especial nas áreas de humanas, que segundo o próprio governo tem menor potencial de construção de conhecimento nas pesquisas e retorno financeiro para empresas do país (Revista Fórum, 2019).

Por fim, o MEC anunciou a necessidade de aumentar os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), fundo que atende toda educação básica, da creche ao ensino médio. O fundo é mantido por recursos provenientes dos impostos federais e transferido aos estados, Distrito Federal e municípios, responsáveis pela educação conforme o disposto no art. 212 da Constituição Federal. Sua vigência legal estava prevista para acabar em 2020, por ser uma verba de complementação que deveria ser provisória.

Nesse ínterim, desde 04 de fevereiro de 2019, a Câmara de Deputados, por meio de um requerimento de deputada do Democratas (Dem), desarquivou e recolocou em tramitação a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 15/2015, que transforma o Fundeb em instrumento permanente de financiamento da educação básica e revoga o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Já foi votado parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), pela admissibilidade constitucional da PEC. São várias as emendas propostas na Comissão Especial, que discute o conteúdo da proposta, alterando a forma de financiamento, controle e distribuição do Fundeb. A mais preocupante pois abertamente privatizante, entretanto, vem dos deputados do partido do presidente: Tiago Mitraud e Marcelo Calero. A emenda propõe alterar o art. 3 da PEC 15/2015 e o art. 213 da Constituição Federal para possibilitar que estados e municípios optem por direcionar parte dos recursos do Fundeb para organizações da sociedade civil e para financiar bolsas de estudo em instituições de ensino privadas, privatizando, assim, diretamente o fundo público. Seu objetivo é fornecer os recursos às instituições privadas do ensino fundamental como já ocorre no ensino superior por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni) com a justificativa de que escolas privadas possuem melhor gestão e avaliação, o que será critério para a distribuição de recursos do Fundeb

⁶ Desde o início do governo o Ministério da Educação já teve dois ministros: Ricardo Vélez Rodrigues, demitido pelo presidente em 8 de abril por meio da rede social Twitter e Abraham Weintraub, economista e professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que estava na secretaria executiva da Casa Civil antes de assumir o Ministério.

para municípios e estados. A PEC propõe, ainda, retirar os artigos 60 e 212 da Constituição que são garantias básicas de que o fundo seja utilizado para fins somente públicos, seja fiscalizado e controlado de forma pública em órgãos federais de transparência, além de outras consequências.

No dia 30 de abril, o governo anunciou o bloqueio de 35 bilhões do orçamento da União em 2019. O contingenciamento no Orçamento Federal foi realizado pelo decreto 9.741/19 e dos 35 bilhões de reais em contingenciamento, 5,8 bilhões foram na área da educação, a função mais afetada. Essa medida foi tomada “com o objetivo de tentar cumprir a meta de déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar juros da dívida pública) de até 139 bilhões para este ano” (O Globo, 2019).

Inicialmente, o Ministro da Educação Abraham Weintraub anunciou a redução de verbas em três universidades federais (UFF, UFBA e UnB). A justificativa seria o baixo desempenho e o que chamou de “balbúrdia”. Nesse mesmo dia, no entanto, o MEC informou que tais medidas valeriam para todas as universidades federais do país. Uma semana após as declarações, o ministro esclareceu que não haveria cortes, mas contingenciamentos. Os reitores afirmam, entretanto, que não há sequer como pensar em formas de poupar recursos e que será impossível funcionar com o bloqueio de 24% das verbas de custeio. Em resposta, o Ministério da Educação afirmou que o Orçamento para 2019 dessas instituições totaliza 49,6 bilhões de reais, dos quais 85,34% (42,3 bilhões de reais) são despesas de pessoal (pagamento de salários para professores e demais servidores, bem como benefícios para inativos e pensionistas), 13,83% (6,9 bilhões de reais) são despesas discricionárias e 0,83% (R\$ 0,4 bilhão) são despesas para cumprimento de emendas parlamentares impositivas (O Globo, 2019).

No dia 7 de maio, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte no Senado, o Ministro da Educação declarou que os reitores deveriam ir à Comissão de Educação para prestar contas, e complementou sua fala dizendo que: “o pessoal que está falando que está faltando dinheiro, por favor, mostre para a gente aqui, venha mostrar os números. Abram o balanço das universidades, dessas torres de marfim (sic) que custam, na média, R\$1 bilhão por ano” (Relatório do Senado, 2019).

O discurso do MEC sobre os cortes é embasado pelo combate ideológico nas universidades, às “balbúrdias”. O objetivo real, no entanto, é garantir o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a meta de superávit primário e o teto dos gastos imposto pela EC 95/2016. Os dados orçamentários revelam que se trata de uma escolha orientada pela política macroeconômica do atual governo, alinhada a um aprofundamento da perspectiva neoliberal. Isso fica evidente ao expormos os dados oficiais de forma mais ampliada. Os 46 bilhões da função educação representam 4,7% do Orçamento Geral da União enquanto a função “encargos especiais”, que representa o refinanciamento, as

amortizações e serviços da dívida interna e externa somam um total de 374,1 bilhões de reais, representando um impacto de 38,63% no Orçamento Geral da União (Siga Brasil, 2019).

O crescimento pífio do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro tem sido uma das justificativas e motivações para essas medidas de austeridade. Segundo o jornal Valor Econômico, as projeções oficiais do PIB brasileiro no mês de março eram de 2,2%, no entanto, “nos bastidores da área econômica, o número atual de expansão do PIB está alinhado com o mercado: em torno de 1,5%”.

O principal instrumento de luta e resistência dos trabalhadores tem sido as greves e paralisações contra os cortes na educação e a contrarreforma da Previdência Social, em trâmite na Câmara de Deputados. Enquanto isso, a grande mídia brasileira vem fazendo coro em uníssono a favor das medidas de austeridade do governo federal. O Estado e a classe dominante vêm despendendo seus esforços para garantir o consenso em torno dos ataques às políticas sociais, além de utilizar instrumentos de coerção às organizações de estudantes e trabalhadores.

3. Considerações Finais

O aprofundamento do projeto neoliberal hoje é dirigido não só por um representante da direita, mas de uma direita radical que se declara adepta da barbárie e do obscurantismo sem nenhum receio. Era previsível que esse governo atacaria diretamente a educação. Educação que aqui entendemos como um possível instrumento político para a população pensar criticamente, algo contra o qual o presidente já se opôs abertamente⁷.

A mercantilização do ensino básico, o desfinanciamento das universidades públicas, a estigmatização das mesmas como espaços de “balbúrdia” e de saber ideologizado são amostras concretas do atual projeto de governo de Bolsonaro. Na defesa deste viés, o governo condena a liberdade de expressão, o ensino crítico e o projeto de uma educação pública, gratuita e para todos, dificultando possibilidades de organização e mobilização desses setores. Não há, dentro de uma perspectiva ultraneoliberal, espaço para tais conceitos e práticas pois ela se opõe a própria concepção de uma educação ampliada que visa formar indivíduos pensantes. A carta aberta escrita pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) consegue resumir bem essa concepção:

A educação é parte fundamental da vida dos indivíduos que vivem em sociedade. Esta não se restringe apenas a um período específico da vida humana que é predeterminado pela forma de pensar da época, pelo contrário, é extremamente abrangente no que diz respeito à formação da própria sociedade;

⁷ Aqui, fazemos referência a uma reportagem publicada pelo jornal Folha de S.Paulo em julho de 2018, em que o atual presidente, a época candidato, declara que “ninguém quer saber de jovem com senso crítico”.

formação no sentido do desenvolvimento da consciência, da personalidade, da moralidade e na própria valoração das situações e momentos de interação destes indivíduos uns com os outros e com o mundo a sua volta (ANDES, 2019)

Dessa forma, o atual governo vem se utilizando de diversas ameaças contra a educação, concretizadas com o congelamento das futuras bolsas financiadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) limitando o desenvolvimento das pesquisas, e com os cortes de verbas que atingem toda a educação.

A prática de contingenciamento, que também ocorreu em governos anteriores aqui ganha uma tônica que vai muito além de um mero enxugamento de gastos: ela representa um ataque ideológico às ciências humanas, por exemplo, taxadas por Bolsonaro como um conhecimento supérfluo, visto que, segundo “tuíte” publicado pelo mesmo, o objetivo do atual governo é focar em “áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte”, como Veterinária, Engenharia e Medicina. O foco é uma educação tecnicista que não tenha nenhum outro objetivo, a não ser formar profissionais que se enquadrem perfeitamente ao mercado de trabalho e se mantenham indiferentes aos ataques neoliberais aos direitos sociais, que prega a austeridade e o esvaziamento político da sociedade.

O ataque a uma educação crítica e humana passou a ser alvo de críticas de diversos estudiosos e pesquisadores de todo o mundo, que não conseguem conceber como um presidente declara algo desse conteúdo. Segundo entrevista realizada pela BBC News Brasil, a cientista política Danielle Allen, professora da Universidade de Harvard, afirma ser um “erro” a fala de Bolsonaro e seu plano para o país, visto que “você não cria leis para ter uma boa governança com os conhecimentos de Engenharia e de Física. Sem os conhecimentos das ciências humanas não é possível entender a sociedade”. Já o jornal Folha de S.Paulo, declarou que, quando “analisadas individualmente, vemos que as áreas que se tornaram alvo do governo atual cresceram em produção de artigos científicos mais do que a média nacional na última década”, desmistificando a irrelevância das pesquisas das ciências humanas trazida por Bolsonaro. Além disso, em outra matéria, o mesmo jornal afirma que “a ideia do governo Jair Bolsonaro (PSL) de reduzir investimentos em filosofia e sociologia tem um peso mais ideológico do que prático. O número de alunos de graduação desses cursos representa 2% do total nas universidades federais, número similar ao da pós-graduação”.

O governo afirma que os recursos poderão ser liberados se a contrarreforma da Previdência Social for aprovada e se a economia do país melhorar no segundo semestre. “Esse contingenciamento vai ser revertido”, afirmou Weintraub, numa perspectiva de chantagem com as universidades. Mas, dependendo do momento em que essa verba for desbloqueada, ela pode se tornar inútil. “Se o dinheiro voltar em setembro, por exemplo, pode ser que de lá até dezembro as universidades não tenham tempo pra gastá-lo. Porque você precisa, por exemplo, abrir licitações para muitas coisas. Se a economia não melhorar,

também existe a possibilidade de o contingenciamento virar, aí sim, um corte. Ou seja, algo permanente (El País, 2019)

Se não questionarmos e confrontarmos o avanço do projeto neoliberal agora, o futuro para as próximas gerações será permeado por uma perspectiva de mercantilização total da educação, limitando ou até extinguindo as melhorias que foram conquistadas durante anos pelos trabalhadores. Que consigamos demonstrar, com debates, pesquisas e mobilizações, a importância social de uma educação emancipadora, direito de todos e dever do Estado.

4. REFERÊNCIAS

ANDES. Carta aberta à Sociedade sobre os Ataques à Educação no Brasil. *Andes*, 10 mai. 2019. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/conteudos/noticia/carta-aberta-a-sociedade-sobre-os-ataques-a-educacao-no-brasil1>> Acesso em: 20 jun. 2019

BARIFOUSE, Rafael. 'Ciências humanas são tão importantes quanto exatas e biológicas', diz professora de Harvard. *BBC News Brasil*, São Paulo, 30 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48070180>> Acesso em: 20 jun. 2019

BULGARELLI, Lucas. Um Governo que dissemina pânico entre quem produz pesquisa no Brasil. *El País*, 15 mai. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/15/opinion/1557878110_995023.html> Acesso em: 20 jun. 2019

CÂMARA DE DEPUTADOS. Projeto de Emenda Constitucional 15/2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1198512> Acesso em: 23 de junho de 2019

GAMBA, Estêvão; SALDAÑA, Paulo. Proposta de cortar verba de cursos de humanas tem pouco peso prático. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 abr. 2019. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/bolsonaro-propoe-cortar-verba-de-cursos-de-humanas-no-pais.shtml>> Acesso em: 20 jun. 2019

GAMBA, Estêvão; RIGHETTI, Sabine. Ciências humanas levam Brasil à elite da produção científica. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 jun. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/06/ciencias-humanas-levam-brasil-a-elite-da-producao-cientifica.shtml>> Acesso em: 20 jun. 2019

GRANER, Fabio et al. Nova projeção oficial do PIB deve ampliar contingenciamento Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/6248497/nova-projecao-oficial-do-pib-deve-ampliar-contingenciamento>; Acesso em: 20 de junho de 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Bolsonaro assina projeto que regulamenta a educação domiciliar. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=75061:educacao-domiciliar&catid=211 Acesso em 23 de junho de 2019

O GLOBO. Decreto bloqueia 58 bi da educação, 51 bi na defesa e 21 bi em emendas. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/29/decreto-bloqueia-r-58-bi-em-educacao-r-51-bi-na-defesa-e-r-29-bi-em-emendas.ghtm> Acesso em 20 de junho de 2019

PROGRAMA DE GOVERNO DE BOLSONARO. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-cobra-apoio-de-aliados-e-diz-que-nao-acabou-a-eleicao-ainda/> Acesso em 23 de junho de 2019

REVISTA FÓRUM. Capes estuda novos congelamentos após corte de 70% para novas bolsas em junho. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/capes-estuda-novos-congelamentos-apos-cortes-de-70-para-novas-bolsas-em-junho/> Acesso em 23 de junho de 2019

REZENDE, Lucas. Ninguém quer saber de jovem com senso crítico, diz Bolsonaro em Vitória. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 31 jul. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/ninguem-quer-saber-de-jovem-com-senso-critico-diz-bolsonaro-em-vitoria.shtml>> Acesso em: 20 jun. 2019

ROSSI, Marina. Corte ou contingenciamento, quem está certo na guerra de narrativas da educação. *El País*, São Paulo, 2 jun. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/31/politica/1559334689_188552.html> Acesso em: 20 jun. 2019

SENADO FEDERAL, Relatório da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/8477> Acesso em 23 de junho de 2019

SIGA BRASIL. Painel do Cidadão. Disponível em: <http://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2Fsigabra-silpainelcidadao.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&Sheet=shOrcamentoVisaoGeral> Acesso em 20 de junho de 2019

VALOR ECONÔMICO. Nova projeção oficial do PIB deve ampliar o contingenciamento. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/6248497/nova-projecao-oficial-do-pib-deve-ampliar-contingenciamento> Acesso em 20 de junho de 2019.